

BRASIL, 2018: COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI E O QUE ESPERAR DA POLÍTICA E DA ECONOMIA DE AGORA EM DIANTE?

Agnaldo dos SANTOS¹

■ **RESUMO:** Buscamos apresentar, em formato ensaístico, algumas considerações sobre como as características históricas da desigualdade e da violência no Brasil se adequaram às novas formas de luta política executadas pelas forças políticas conservadoras, explicando a vitória de uma plataforma de direita radical nas eleições de 2018. A partir desta apresentação, buscamos identificar os novos desafios para os movimentos populares e as possibilidades que se abrem para o resgate e o fortalecimento da democracia brasileira.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Desigualdade. Eleições. Neoliberalismo.

Apresentação

Boa parte dos analistas políticos, desde 2016, aponta para o fato de que o período recente, com a culminância da eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República, representa uma ruptura com uma fase da história brasileira. É possível sugerir, pelo menos, cinco ciclos da história republicana brasileira anteriores à fase atual: 1) o fim do Império, com a Primeira (ou Velha) República (1889-1930); 2) o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945); 3) os governos de “democracia racionalizada” (1946-1964); 4) a ditadura militar (1964-1985); 5) o período do “*welfare state* inconcluso” (1990-2016).

O afastamento de Dilma Rousseff, em um controverso processo de *impeachment* que empossou o seu vice Michel Temer,

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Marília – SP – Brasil. 17.525-900. agnaldo@marilia.unesp.br.

com uma plataforma política fortemente neoliberal, teria iniciado este novo ciclo. Alguns traços já são facilmente identificados, mas não podemos prever o desfecho dos embates que virão adiante.

O que é possível identificar, de antemão: a pressão para reduzir o papel do Estado em pontos sensíveis da economia, desestruturando programas sociais importantes e relegando ao mercado o aporte de serviços essenciais à população, o que deixará boa parte dela excluída de tais serviços. Também é visível o uso explicitamente político-partidário do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal, que tem como maior exemplo a condenação e prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também em um processo judicial cheio de vícios e irregularidades, reconhecidos por juristas brasileiros e internacionais, além de órgãos da ONU. Como consequência desse fenômeno, a criminalização da oposição à agenda neoliberal, que deverá atingir pessoas e movimentos sociais, como parlamentares de esquerda e grupos como o Movimento Sem-Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e sindicatos. Essa nova fase histórica promete ser um grande desafio para a população pobre e para as forças de contestação do *status quo*.

As breves reflexões que apresentamos neste texto foram divididas em três partes: a histórica estrutura de desigualdade (e violência) no Brasil, ainda não superada; as características da luta política em um novo quadro, onde a direita avança com uma agenda cultural regressiva e oculta os reais interesses econômicos envolvidos; os desafios para o campo progressista diante dessas novas formas de disputa política. Longe de apontar respostas às questões levantadas, buscamos com essas reflexões prospectar as possibilidades que se abrem, frente aos enormes desafios que já existem e que tendem a se avolumar.

Uma nação forjada na violência

Nenhuma discussão sobre as profundas desigualdades sociais no país, que nos colocam entre as mais perversas em relação à distribuição de renda e à violência, pode ser feita sem levar em conta a mácula da escravidão em nossa história. Antes de a América Portuguesa se constituir em uma nação independente, já havia por aqui a instituição do trabalho em cativeiro, inicialmente com os índios e depois com as diversas populações africanas. Enquanto temos pouco menos de 200 anos

de independência política, a escravidão durou nestas terras por 380 anos, ou seja, quase o dobro. Como as mudanças políticas e sociais no Brasil ocorreram sempre “de cima para baixo”, na melhor definição “lampedusiana”, muitas características dessa sociedade permaneceram inalteradas. Especialmente o desprezo e maus tratos físicos contra negros e pobres, que possuem seus melhores exemplos na violência das grandes cidades e nos índices de letalidade da ação policial. Mas também nos indicadores socioeconômicos da população não-branca do país, que compõe a maioria do povo brasileiro.

O tema não é novo e já foi abordado por muitas das melhores cabeças do pensamento social brasileiro, desde os abolicionistas oitocentistas como José do Patrocínio, Luís Gama e Joaquim Nabuco, passando por Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Jacob Gorender e Darcy Ribeiro, entre outros. O tema foi revisitado recentemente pelo sociólogo Jessé de Souza, em seus livros *A tolice da inteligência brasileira* (2015), *A elite do atraso* (2017) e *A classe média no espelho* (2018). Em sua tentativa de explicar as vicissitudes da política brasileira, em particular no último período caracterizado pela trama do *impeachment* contra Dilma e a prisão de Lula, Souza mostra que a escravidão, por ter sido abolida por pressão econômica britânica e não por uma superação derivada das lutas sociais, cristalizou os preconceitos racial e classista, impossibilitando a emergência de uma cidadania efetiva. Existe uma violência física e simbólica contra as classes populares, que são tratadas pelas instituições políticas da mesma forma que os antigos escravos. O que explica essa situação, apesar da igualdade formal de todo cidadão perante a lei, é a aliança histórica entre a minúscula elite do poder (econômico) e a classe média, detentora dos privilégios do capital cultural (educação).

Ainda de acordo com Souza, a elite econômica de matriz escravocrata, após ser derrotada em 1930 com a ascensão de Vargas apoiado pela classe média (sendo o tenentismo sua face mais conhecida), percebeu a importância de cooptar esses estratos médios por meio da educação. Daí surgiu a construção de uma narrativa moralista, identificando todas as mazelas sociais no Estado (e na política) e todas as virtudes no mercado. A própria criação da Universidade de São Paulo² em 1934 teria

² Esse é um dos pontos mais polêmicos da tese que Souza defende desde *A tolice da inteligência brasileira*: a de que autores como Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro teriam criado a imagem do “homem cordial” e a do “patrimonialismo lusitano” como formas de “racismo cultural”, colocando a

servido a esse propósito: disputa de narrativa e atração da classe média para uma aliança de longa duração:

O capital cultural, ou seja, o conhecimento incorporado pela pessoa como algo inseparável de si mesmo, é aquele tipo de capital que pré-determina as chances de vida das pessoas que nascem em dada classe social não pela posse da propriedade material, mas pela posse do conhecimento considerado legítimo e de seus pressupostos. [...] O bloco de poder entre a elite endinheirada e a classe média do conhecimento se constrói primeiro como uma articulação para reproduzir o privilégio dos dois capitais mais importantes da sociedade moderna e que garantem a reprodução deste privilégio para seus descendentes (SOUZA, 2018b, p. 18-19).

Dessa forma, enquanto nos países capitalistas de tradição social-democrata o acesso à educação universalizou-se e diminuiu as diferenças sociais, no Brasil essa “elite do atraso” teria cooptado a classe média, prometendo a exclusividade da educação para evitar uma ordem social mais competitiva que colocaria em risco não só os privilégios de sua própria formação cultural como também os da elite econômica. O corolário dessa situação foi naturalizar as diferenças, explicadas por meio de uma pseudo-meritocracia das classes privilegiadas e pela “preguiça e corrupção” do povo pobre e de seus eventuais representantes dentro do aparato estatal, classificados como “populistas”. E, assim, manteve-se a questão social como “caso de polícia” ao longo de todo o século XX, restando aos marginalizados dos serviços públicos e da alocação profissional adequada apenas a violência física outrora destinada aos escravos.

Esse ponto torna-se central no argumento porque o comportamento truculento da polícia com as populações pobres, a militarização das polícias estaduais após 1964 e a inexistência de condenações exemplares de oficiais envolvidos em tortura, estupro e assassinato durante a ditadura seriam exemplos da manutenção dessa cultura da violência. A Constituição Federal de 1988, a despeito de seus inúmeros avanços, manteve, na

brasilidade em uma posição inferior à do homem anglo-saxão, este último visto como “racional”. A cultura anglo-saxã seria apta, nessa abordagem, a separar os interesses privados do interesse público; já a lusobrasilidade faria exatamente o oposto. Não pretendemos entrar nos detalhes dessa polêmica, mas vale notar que para Souza a chamada sociologia paulista, nas figuras de Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort, esforçou-se por perpetuar os (controversos) conceitos de “populismo” e “patrimonialismo” (SOUZA, 2015; SOUZA, 2017).

prática, a tutela dos militares sobre o poder político, como ficou claro quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu em 2010 a Lei da Anistia feita pelos próprios militares para evitar as punições de seus carrascos, equiparando crimes comuns a “crimes políticos”. As recorrentes mortes de lideranças sem-terra na luta por reforma agrária, de populações indígenas, além da truculência da polícia ao lidar com manifestações populares atestam a manutenção dessa cultura da violência. Não é extraordinário, ainda que inédito, que um antigo capitão com discurso de ódio tenha chegado à presidência da República por meio do voto: a cultura política brasileira engendra esse tipo de posicionamento, que após 2016 resolveu sair definitivamente à luz do sol.

Novas formas de ação política e a ascensão conservadora

Mudanças profundas ocorrem de forma lenta diante de nossos olhos, e quase sempre não as percebemos de imediato. Os últimos 20 anos do século passado foram o palco dessas mudanças no comportamento político, e que hoje cobram uma fatura alta das forças progressistas devido à incompreensão daquela dinâmica.

De fato, a bibliografia sobre as mudanças no mercado de trabalho e na economia, com reflexos sobre a capacidade fiscal dos Estados nacionais e o desenvolvimento dos países é tão extensa e conhecida por quem estuda o assunto que é ocioso reconstruí-la aqui³. Foram tais mudanças, lentas, mas ininterruptas, que alteraram também a forma de fazer política, a rigor criada com os grandes partidos social-democratas europeus no final do século XIX, e que durou até as últimas décadas do século XX. Quem viveu as últimas décadas do século passado presenciou esse *modus operandi* político: grandes concentrações de trabalhadores, especialmente em plantas industriais, que possibilitavam a agitação sindical e a atuação de partidos trabalhistas; identidade política criada a partir da vivência comum, facilitando o discurso classista; ocupação profissional relativamente garantida nos grandes centros urbanos em expansão, especialmente para quem obtinha qualificação educacional.

O sociólogo estadunidense Richard Sennett (1999) fez um diagnóstico preciso desse quadro no livro *A corrosão do caráter*.

³ Apenas a título de ilustração, podemos citar Hobsbawm (1995), Chesnais (1996), Belluzzo (2009) e Varoufakis (2016).

Os trabalhos em tempo parcial, a alta rotatividade, o desemprego permanente e a compressão salarial minaram as antigas formas de arregimentação política, pois ninguém consegue mais criar raízes no seu local de trabalho e com as pessoas próximas ao seu padrão econômico. A ideologia neoliberal convenceu boa parte dos trabalhadores de que eles são os únicos responsáveis por sua situação, tratando-se apenas de uma questão de esforço e competência. Desemprego, baixa renda ou nenhuma renda são consequências de escolhas individuais, não das estruturas sociais.

À medida que as hierarquias piramidais são substituídas por redes mais frouxas, as pessoas que mudam de emprego experimentam muitas vezes o que os sociólogos chamaram de “mudanças laterais ambíguas”. São mudanças em que a pessoa na verdade se mexe para o lado, embora acreditando que está subindo na rede frouxa. Esse movimento de caranguejo ocorre, afirma o sociólogo Manuel Castells, mesmo que as rendas se tornem mais polarizadas e desiguais; as categorias de emprego se tornam mais amorfas (SENNETT, 1999, p. 100).

Em tal cenário, promover arregimentação política na forma tradicionalmente desenvolvida por partidos e sindicatos décadas atrás não surte mais efeitos. Ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho foi sofrendo profundas mudanças, em função das reorganizações estruturais na economia capitalista (grosso modo caracterizadas como “globalização”), outras mudanças institucionais importantes ocorriam no final do século passado. A Igreja Católica, por séculos vinculada aos centros de poder ao redor do mundo, experimentou mudanças teológicas e políticas importantes desde o Concílio Vaticano II, convocado pelo papa João XVIII. Propunha-se uma “atualização” da igreja, com maior diálogo inter-religioso e aproximação das populações mais pobres. Uma das correntes que emergiram desse encontro do episcopado foi a Teologia da Libertação, uma abordagem que privilegia a justiça social e uma leitura da realidade usando as ciências sociais, olhando para aspectos econômicos e culturais. Havia uma tentativa de aproximar a tradição da Patrística, na qual os primeiros teólogos da Antiguidade atacavam a usura e o luxo, com as contribuições do marxismo, excetuando o seu notório ateísmo (LÖWY, 1991). Uma das regiões onde o catolicismo é

importante e recebeu forte influência da Teologia da Libertação é a América Latina.

No Brasil, após o apoio inicial do alto clero católico ao golpe de 1964, padres e religiosos começaram a se aproximar da resistência à ditadura, denunciando torturas e assassinatos de presos políticos, entre eles católicos leigos e outros pertencentes à estrutura eclesiástica. Orientados pela Teologia da Libertação, alguns bispos investiram em formas mais descentralizadas de estrutura eclesial, conhecidas como Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Um dos grandes incentivadores foi o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, que no início da década de 1970 vendeu o palácio episcopal (moradia dos arcebispos) e investiu na compra de terrenos para construir CEBs na periferia de São Paulo, ação conhecida como “Operação Periferia” (UNISINOS, 2016).

Como registrou Eder Sader (2001), as CEBs foram de enorme importância na organização dos trabalhadores que residiam nas franjas das metrópoles brasileiras, lutando por saúde pública, escolas e contra a carestia que atingia essa população. Também estiveram presentes na reorganização do movimento sindical, após as perseguições e prisões decorrentes do golpe militar. Existe farta literatura sobre como os católicos estiveram presentes na Oposição Sindical Metalúrgica em São Paulo e no “novo sindicalismo” do ABC Paulista. Portanto, entre o início dos 1970 até o final da década de 1980, a estrutura eclesial católica foi uma aliada na organização e deu capilaridade aos movimentos sociais que lutavam pela redemocratização. A criação do Movimento dos Sem Terra, da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores, entre outros, foi consequência dessa forma organizativa que atingia os bairros mais afastados das grandes cidades e as regiões rurais.

Mas, da mesma maneira que a reestruturação produtiva trouxe em seu bojo o desemprego estrutural e o enfraquecimento do movimento sindical, a mudança de papado alterou a disposição do clero em apoiar as lutas sociais. João Paulo II, de origem polonesa e militante contrário à influência soviética na Europa oriental, foi o escolhido para suceder os papas Paulo VI e João Paulo I (este último veio a falecer pouco depois de iniciar o seu pontificado), que ainda davam espaço para os ventos do Concílio Vaticano II. João Paulo II promove o esvaziamento das antigas CEBs na América Latina, em especial no Brasil, não

escondendo sua simpatia por políticos conservadores, como Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, na Grã-Bretanha. Ao mesmo tempo que a oposição à ditadura foi se institucionalizando, com a eleição de parlamentares, prefeitos e governadores de esquerda e centro-esquerda (para não falar da sua atuação na Assembleia Constituinte de 1987-1988), o trabalho de base arrefeceu. E no seu lugar aumentou a presença das igrejas protestantes pentecostais e neopentecostais, além do fortalecimento do crime organizado, nas regiões periféricas.

No lugar da Teologia da Libertação, entrou a Teologia da Prosperidade – a concepção de que a felicidade terrena é fruto da participação na igreja e de seu “investimento” por meio dos dízimos. O casamento com a concepção neoliberal é completo, já que o sucesso material depende exclusivamente do fiel, em especial de sua capacidade de contribuir com sua igreja, recebendo em troca a prosperidade econômica. A participação política das igrejas neopentecostais é expressiva, constituindo no Congresso Nacional uma “Bancada da Bíblia”, defensora de uma agenda culturalmente conservadora e alinhada com propostas favoráveis ao mercado⁴. Possuem também intensa programação comprada em canais abertos, e no caso mais notável, a Igreja Universal do Reino de Deus é proprietária da Rede Record, combinando entretenimento com proselitismo religioso.

É importante ressaltar que esse conjunto de mudanças, que ocorreu no mundo todo, mas com características distintas em cada contexto nacional, foi contemporâneo da crise teórica e política da esquerda. Os regimes socialistas, que saíram vitoriosos no final da II Guerra Mundial, estavam enfrentando muitos questionamentos no mundo ocidental, especialmente após as denúncias dos crimes de Stalin no XX Congresso do Partido Comunista da URSS em 1956, da invasão soviética na Tchecoslováquia em 1968, dos expurgos na Revolução Cultural Chinesa (1966-1969) e da invasão soviética no Afeganistão, em 1979. A crise econômica mundial da década de 1970 também atingiu o bloco socialista, que foi incapaz de promover uma reorganização produtiva, como no Ocidente. E, junto com a crítica geral à sociedade industrial (tanto capitalista quanto socialista), emergiu também uma profunda crítica filosófica sobre os limites da razão e dos ideais universais iluministas (como justiça, igualdade e liberdade).

⁴ Uma boa investigação jornalística sobre esse fenômeno religioso pode ser encontrada em Dip (2018).

Essa crítica, que ficou conhecida genericamente como “pós-moderna”, argumentava que todos os discursos e narrativas eram válidos, já que os ditos ideais universais eram apenas a expressão de uma cultura específica, a ocidental de matriz judaico-cristã e greco-romana. Os dois principais filhos do Iluminismo – o liberalismo e o socialismo – seriam apenas reflexos dessa sociedade, e mesmo assim não haveria em seu interior hierarquia discursiva. Após as jornadas de 1968, e ao longo das décadas de 1970 e 1980, as universidades passaram a estudar e os grupos políticos à esquerda se aproximaram de agendas identitárias muito específicas (feminismo de 3ª geração, questões étnicas, de gênero, ambientalistas, etc). A centralidade no discurso econômico e de classe foi gradativamente sendo substituída pela diversidade de temas, o que também dificultou a organização política nos antigos moldes.

As forças de direita, que durante algumas décadas estiveram numa posição defensiva, em função da memória do horror nazifascista e da posterior hegemonia econômica keynesiana, aproveitaram a oportunidade que se abria. A desregulamentação do setor financeiro (cujo controle fora base do *New Deal* estadunidense e dos Estados de bem-estar europeus) e o conseqüente enfraquecimento da capacidade fiscal, aliados à formação de cadeias globais de produção em busca de mão-de-obra barata, foram a marca da nova era.

A crise e a *débaclé* da União Soviética, no final da década de 1980, acelerou esse processo. O Estado deveria “diminuir”. E o crescimento econômico seria fruto da expansão dos mecanismos do “mercado autorregulado”. Se a indústria automobilística era o símbolo do capitalismo regulado, o setor de informática despontou como a face desse capitalismo desregulamentado. A cultura *geek*, com forte apelo libertário e individualista, substituiu a cultura coletivista de décadas anteriores.

Mas, o que parecia ser uma “vingança dos *nerds*”, com a ascensão de antigos estudantes de *startups* com perfil tímido a altos postos de gestão corporativa, mostrou-se mais como uma ode ao anti-intelectualismo. Pois as modernas ferramentas de conexão *online*, como as redes sociais, tornaram-se poderosos instrumentos de disputa de narrativas, em grande medida descompromissadas com os fatos, e hostis ao mundo acadêmico e aos produtores de cultura. Este ambiente foi decisivo em eventos políticos recentes, como o plebiscito sobre a saída da

Grã-Bretanha da União Europeia (“*brexit*”), a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e agora a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil.

Tais redes sociais e plataformas aproveitam a crise conjugada das instituições políticas e da grande imprensa para estimular um discurso de intolerância, de confusão deliberada (conhecida doravante como *fake news*) e de ocultação dos reais problemas econômicos (como o enorme aumento da desigualdade em todo o mundo) para pautar temas caros à agenda conservadora, como o religioso, o identitário e o de costumes (aborto, homoafetividade, etc). Foi esse (não) debate que levou à ascensão de forças políticas reacionárias na Europa, na Ásia, nos Estados Unidos e agora no Brasil. Mas o que devemos esperar dessa nova onda conservadora?

Quanto tempo poderá durar esse ciclo conservador?

Havia uma expectativa, entre economistas e cientistas sociais, de que a agenda neoliberal entraria em refluxo após a grande crise econômica de 2008. O diagnóstico era que não haveria mais espaço para um sistema financeiro desregulado, que formou as bolhas especulativas no final do século passado. Nessa leitura, haveria condições para retomar os mecanismos keynesianos de estímulo à produção, para se contrapor à massa de capital fictício que jogava as economias nacionais em persistentes estados de recessão ou modesto crescimento (STIGLITZ, 2010; LEVY; DUMÉNIL, 2013). As vitórias eleitorais de partidos de centro-esquerda na América Latina na primeira década do século, região que antes havia abraçado a agenda neoliberal com fervor, pareciam indicar novos rumos. Movimentos políticos estruturados de forma horizontal, como o *Occupy Wall Street*, também pareciam reforçar a sensação de crise da hegemonia neoliberal.

Contudo, não ocorreu a superação da ortodoxia econômica e da pauta conservadora, como alguns esperavam. A crise europeia, com o ilustrativo caso da Grécia (onde um partido de esquerda, apesar de vitorioso nas urnas, rendeu-se à política de austeridade fiscal), indicava outros rumos. A direita soube utilizar o mal-estar causado pela crise econômica (especialmente quanto ao desemprego) para defender propostas nacionalistas e xenófobas, avançando sobre a centro-direita e a centro-esquerda, esvaziando

esse *locus* político. O mesmo ocorreu no caso estadunidense, com a já citada eleição de Donald Trump.

De fato, a situação é mais complexa do que uma simples volta à pauta neoliberal poderia fazer crer. O deslocamento do polo de acumulação do capital para o Oriente, em especial para a economia chinesa, bem como o aumento de sua *expertise* nas indústrias de produtos com maior valor agregado, vem despertando na Europa e nos Estados Unidos medidas cada vez mais protecionistas. O fracasso da privatização de algumas empresas responsáveis por serviços essenciais, como saneamento básico e transportes públicos, está levando à reestatização de algumas delas na Inglaterra e nos Estados Unidos, além da possível revisão dos serviços de previdência privada no Chile. Apesar disso, existe forte pressão na periferia do sistema para intensificar os programas de austeridade fiscal, de manter e expandir os programas de privatizações de empresas estatais e de promover cortes em serviços públicos essenciais.

O caso brasileiro foi particularmente interessante. Após o afastamento de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer, houve a tentativa de promover uma profunda reforma da previdência, e até mesmo ocorreram mudanças estruturais na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem como o congelamento por 20 anos dos investimentos em políticas sociais, como saúde e educação. Os índices de impopularidade de Temer bateram recordes, e na campanha presidencial de 2018 todos os candidatos comprometidos com sua agenda (do MDB e do PSDB, principalmente) obtiveram uma votação pífia. Uma defesa explícita de Estado mínimo não encontrava recepção na maioria da população, porém a pauta política acabou capturada tanto pelos temas moralistas (homoafetividade, aborto) quanto pelo sentimento antipetista forjado ao longo dos últimos cinco anos, especialmente após o início da Operação Lava Jato.

Esta operação da Polícia Federal e do Ministério Público, a pretexto de dismantelar redes de corrupção envolvendo estatais e partidos políticos, acabou se transformando em instrumento político contra o Partido dos Trabalhadores e seus aliados, acusando e condenando com base em delações premiadas de réus que acusavam em grande medida sem provas materiais, poupando os partidos da oposição flagrados nos mesmos esquemas de financiamento, chamados de “caixa 2”. Parte da comunidade de juristas não esconde sua indignação diante da farsa que se converte em cinismo:

Há um evidente descaso das pessoas, sobretudo dos agentes públicos, com a ordem jurídica, cuja transgressão é feita às claras, à vista de todos, sem o menor pudor. Acabou a preocupação com a dissimulação: se um juiz quer prender alguém, prende, sem qualquer apreço à presunção de inocência; se um promotor quer acusar alguém, forja uma denúncia com base em delações falsas; se o legislador quer derrubar um Presidente, invoca em sua motivação o aniversário da neta, os militares de 64, ou a proteção da família brasileira; se o Presidente da República quer promover negociatas e beneficiar interesses escusos, simplesmente dilapida o patrimônio nacional (VALIM, 2018, p. 116).

Com apoio da grande mídia, o sentimento antipetista foi fundamental para fragilizar o PT, que mesmo assim conseguiu chegar ao 2º turno das eleições de 2018.

Ocorre que o debate econômico, que poderia ser uma forma de resistência ao antipetismo, foi totalmente negligenciado na campanha presidencial, pois o candidato que se apresentou como *anti-establishment*, Jair Bolsonaro, sofreu um atentado a faca durante a campanha e não participou dos debates promovidos pelas redes de televisão. Dessa forma, acabou eleito sem apresentar ao público sua plataforma política para questões importantes como as políticas de geração de emprego, o Bolsa Família, a previdência social, a saúde e a educação, entre outras.

Tais temas começam a ser apresentados apenas após o término das eleições, e o que surge dos primeiros pronunciamentos oficiais é a perspectiva de aprofundamento das políticas de austeridade do Governo Temer. A reforma da Previdência é elevada à prioridade “número 1”, com elevação do tempo de contribuição e da idade mínima para pedir o benefício, além de uma obscura “capitalização” em fundos de pensão geridos pelo setor privado, que faz lembrar os casos chileno e mexicano, hoje em crise. Também sugerem privatizar a maior quantidade possível das empresas estatais que ainda existem, talvez preservando um esqueleto da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, para financiar o agronegócio com financiamentos a juros mais generosos. E aprofundar a reforma trabalhista, criando uma “carteira verde-amarela”, no lugar dos contratos regidos pela CLT, no qual o trabalhador abriria mão de direitos como férias de 30 dias e décimo terceiro salário. Em outra ponta, promete endurecer a legislação penal, reforçando a onda punitivista que vem sendo tolerada pelo STF, passando ao largo de direitos fundamentais em

nome da luta contra o crime e o “terrorismo”. No plano internacional, indica um alinhamento incondicional aos Estados Unidos, em questões como a crise da Venezuela e do reconhecimento de Jerusalém como capital do Estado de Israel.

Uma pergunta que muitos analistas estão fazendo é: essa onda conservadora terá fôlego para muitos anos? Para quem observa o fenômeno político desde 2013, quando movimentos conservadores saíram às ruas para disputar a visibilidade com a esquerda, há os que apostam que este ciclo será duradouro, mesmo sem a figura de Bolsonaro capitaneando eleitoralmente esse sentimento. Se o país ainda não superou sua cultura escravocrata, como sugere Jessé Souza, então parcela da sociedade identificada com a agenda conservadora manterá seu protagonismo. É tentador, na verdade, estabelecer paralelos com outros momentos da história brasileira, em especial com o golpe de 1964, quando uma ditadura se estabeleceu no país por mais de 20 anos para combater o legado trabalhista de Vargas e uma alegada “comunização” do país. Ali também houve mobilização da sociedade civil conservadora contra o Governo Jango, como a famosa “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade”. Existiam *think tanks* conservadores, com vínculos estabelecidos fora do país, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES (DREIFUSS, 1981). Mas é aconselhável olhar também para as diferenças de cada período.

Quando as forças reacionárias obtiveram sucesso no golpe em 1964, havia outra configuração no quadro internacional. A Guerra Fria exigia de muitos países o alinhamento aos Estados Unidos ou à União Soviética, e os governos estadunidenses ainda exerciam o papel de potência industrial e garantidor de crédito mundial, oferecendo vantagens econômicas para atrair apoiadores, como a “Aliança para o progresso”, na América Latina. A pujança econômica dos chamados “anos dourados” do pós-guerra apontava para investimentos de empresas estadunidenses e europeias no Brasil. O que de fato ocorreu após a ditadura, mas sem o “pacto fordista” social-democrata que ainda existia no centro do sistema. Agora, a configuração é outra. Os Estados Unidos perderam a hegemonia industrial para a China, ainda vivem às voltas com sequelas da grande crise de 2008, sem condições, portanto, de oferecer apoio econômico para o novo governo eleito no Brasil.

Mesmo a euforia com globalização e a abertura econômica do final do século passado e início do atual não existem mais, já que os Estados Unidos e a Europa apostam cada vez mais em políticas protecionistas para se contrapor à investida chinesa, cuja força é exemplificada na iniciativa “One road, one belt”, estreitando relações do mercado chinês com a Eurásia e com a África. As perspectivas de crescimento econômico para os próximos anos não são animadoras, e já existem analistas apostando em novas bolhas especulativas estourando, uma vez que pouco foi feito para conter a desregulamentação do setor financeiro.

Com relação ao quadro interno, não existem por ora sinais de uma recuperação consistente da economia, após quatro anos de uma das maiores recessões da história recente do país. As medidas tomadas pelo governo Temer, e que serão aprofundadas pelo governo Bolsonaro, são pró-cíclicas e não estimulam o mercado interno, ao contrário do que alegam seus defensores. Diminuir a renda das classes baixas e aumentar a isenção de impostos da parcela mais rica não garantirá aumento de investimentos produtivos, como o comportamento do mercado desde 2016 demonstra claramente. Manter ou ampliar a política de austeridade fiscal não apenas diminui incentivos importantes na atividade econômica (como em infraestrutura e construção civil), como amplia a desigualdade social. Isso porque os portadores de títulos da dívida pública são pessoas e grupos privados que compõem a elite econômica do país, e privilegiar seu pagamento no orçamento reduz investimentos em políticas públicas, fundamentais em quadros de recessão econômica (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017).

Além disso, é preciso levar em conta a heterogeneidade da frente política eleita com Jair Bolsonaro. Existem desde neoliberais radicais, simbolizados na figura do ministro da economia Paulo Guedes, passando pelos militares e egressos do serviço público eleitos para o Congresso (preocupados com a reforma da previdência), além da base política fisiológica que continua existindo, a despeito da retórica anticorrupção vitoriosa na eleição. Normalmente, todo governo recém-empossado possui alguns meses de crédito para tomar medidas duras, e alguma inabilidade com a máquina pública é esperada. No entanto, é de se prever um início de governo marcado por um nível maior de turbulência, seja pelo perfil do presidente eleito, seja por seu entorno imediato, especialmente pelo vínculo de seu núcleo

familiar com milicianos. Contudo, pode ser uma ilusão concluir que a oposição a seu governo terá condições de se efetivar, já que o campo democrático está muito dividido, e eventualmente reconquistar o espaço eleitoral de anos atrás.

O grande desafio para as forças progressistas é desconstruir a narrativa do *impeachment* de 2016, apresentado como fruto de combate à corrupção. Não só o processo em si foi controverso, como deu espaço para a criminalização de adversários políticos, o que ficou cristalizado no sentimento antipetista, que expressa na verdade uma aversão aos movimentos populares. Será fundamental ocupar os espaços institucionais e pressionar o Poder Judiciário para garantir o respeito à Constituição de 1988, que está sob forte ataque e correndo o risco de ser totalmente desfigurada. E certamente é necessário retomar as bandeiras de garantia aos direitos individuais e coletivos construídos desde os anos 1980. Urge a construção de formas revitalizadas e originais de disputa política. Voltar ao trabalho de organização política pela base social é imprescindível, mas compreender a nova dinâmica da luta, com especial atenção às redes sociais, é tarefa inescapável para o resgate e a ampliação de nossa democracia.

SANTOS, A. dos. Brazil, 2018: how did we arrive here and what to expect from politics and economy from now on? *Perspectivas*, São Paulo, v. 52, p. 11-27, jul./dez. 2018.

■ **ABSTRACT:** *We attempt to present, in essay format, some considerations about how the historical characteristics of inequality and violence in Brazil have adapted to the new forms of political struggle carried out by conservative political forces. This would help explain the victory of a radical right-wing platform in the 2018 elections. From this presentation, we seek to identify the new challenges for popular social movements and the possibilities that open up for the rescue and strengthening of Brazilian democracy.*

■ **KEYWORDS:** *Inequality. Elections. Neoliberalism.*

Referências

BELLUZZO, L. G. *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*. São Paulo: Editora Unesp; Campinas, SP: FACAMP, 2009.

BELLUZZO, L. G.; GALÍPOLO, G. *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

DIP, A. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DREIFUSS, R. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

HOBBSBAWN, E. *Era do extremos - O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEVY, D; DUMENIL, G. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

LÖWY, M. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo, Editora Cortez, 1991.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter - consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SOUZA, J. *A tolice da inteligência brasileira*. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. São Paulo: Leya, 2017.

SOUZA, J. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, J. O engodo do combate à corrupção: ou como imbelicizar pessoas que nasceram inteligentes?. In: SOUZA, J.; VALIM, R. (org.). *Resgatar o Brasil*. São Paulo: Editora Contracorrente/ Editora Boitempo, 2018b.

STIGLITZ, J. *O mundo em queda livre - Os Estados Unidos, o livre mercado e o naufrágio da economia mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

UNISINOS. Morre dom Paulo Evaristo Arns, ícone progressista da igreja no Brasil. 15 dez. 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/563416-morre-dom-paulo-evaristo-arns-icone-progressista-da-igreja-no-brasil>. Acesso em: 4 dez. 2018.

VALIM, R. "O discurso jurídico brasileiro: da farsa ao cinismo". In: SOUZA, J.; VALIM, R. (org.). *Resgatar o Brasil*. São Paulo: Editora Contracorrente/Editora Boitempo, 2018.

VAROUFAKIS, Y. *Minotauro global - A verdadeira origem da crise e o futuro da economia global*. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2016.

